



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia

PROTOCOLO	INDICAÇÃO	Nº
		Nº 2511/21

AUTOR: Deputado MARCELO CRUZ - Patriota

"Indica a necessidade urgente de se sanar os problemas do Hospital Regional Perpétuo Socorro no município de Guajará-Mirim, no Estado de Rondônia."

O Deputado que o presente subscreve, com base nos preceitos regimentais, indica ao Poder Executivo Estadual, com cópia a Secretaria de Estado da Saúde, a necessidade urgente de se sanar os problemas do Hospital Regional Perpétuo Socorro no município de Guajará-Mirim, no Estado de Rondônia.

Plenário das Deliberações, 01 de março de 2021.


Deputado MARCELO CRUZ - Patriota

JUSTIFICATIVA



Senhores Deputados.

Como é de conhecimento de todos, o Hospital Regional Perpétuo Socorro no município de Guajará-Mirim passa por inúmeras dificuldades como a falta de medicamentos e equipamento de proteção individual (EPI's), escala de médicos, além de que os profissionais





Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia

PROTOCOLO	INDICAÇÃO	Nº
AUTOR: Deputado MARCELO CRUZ - Patriota do hospital utilizavam aeventais de segurança no setor de Raio X vencidos, desde 2007, sendo também o descarte químico feito de forma irregular, contaminando o solo. Existem reclamações freqüentes da população local, que não agüenta mais viver essa situação de abandono e desrespeito com toda a população daquele município. Necessitamos de soluções definitivas para as necessidades urgentes da população de Guajará-Mirim. O direito à saúde é essencial para que se efetivem direitos, tendo em vista se tratar de um direito fundamental. É através do direito à saúde que coexistem outros direitos como: o direito à vida, liberdade, entre outros, posto que sem que haja bem estar físico e mental, não haverá dignidade. A saúde consta na Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, no artigo XXV, que define que todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar-lhe e a sua família, saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis. Não podemos mais esperar pelo Poder Publico que tem esta obrigação. Pessoas estão morrendo, inclusive ainda mais pelo advento da pandemia da Covid-19.		
		